



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um OI com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VII - Nº 3376 15/09/2026

SENADO ANALISA PROPOSTA DE EQUIPARAÇÃO DO AUXÍLIO-SAÚDE ENTRE SERVIDORES DOS TRÊS PODERES

Uma reivindicação antiga dos servidores públicos federais voltou ao debate no Senado: a equiparação do auxílio-saúde pago aos trabalhadores do Executivo com os valores recebidos pelos servidores dos demais Poderes.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisou uma sugestão legislativa apresentada por meio do Portal e-Cidadania que propõe reajustar e equiparar o benefício destinado aos servidores do Executivo federal — ativos, aposentados e pensionistas. A iniciativa recebeu o apoio de mais de 20 mil cidadãos.

A proposta chama atenção para a diferença existente atualmente entre os benefícios. Segundo a justificativa apresentada, enquanto o auxílio-saúde médio dos servidores do Executivo é de aproximadamente R\$ 215, no Judiciário o valor inicial informado é de R\$ 579,39, podendo chegar a R\$ 869 para pessoas acima de 50 anos e pessoas com deficiência.

Proposta depende de iniciativa do Executivo

Em parecer publicado no último dia 9, a relatora, senadora Damares Alves, reconheceu a relevância da demanda, mas apontou que uma mudança dessa natureza não pode ser iniciada pelo próprio Legislativo. Por tratar do regime jurídico dos servidores públicos federais, a iniciativa deve partir da Presidência da República.

Diante disso, a relatora propõe que a demanda seja encaminhada ao Poder Executivo na forma de uma indicação, acompanhada de uma minuta de projeto de lei.

Caberia, então, ao Executivo decidir pelo encaminhamento da proposta ao Congresso Nacional, dando início à sua tramitação legislativa.

O texto sugerido prevê a isonomia dos valores destinados à assistência à saúde entre servidores dos Três Poderes e estabelece um prazo de até três exercícios fiscais, após eventual aprovação da lei, para que a equiparação seja alcançada.

A discussão se soma a uma pauta histórica do movimento sindical pela redução das diferenças existentes entre os benefícios pagos aos servidores dos diferentes Poderes. As disparidades não se restringem à assistência à saúde e também atingem benefícios como o auxílio-alimentação.

Para o Sintsef-CE, o avanço do debate é importante, mas ainda há um caminho a percorrer até que a equiparação possa se tornar realidade. A entidade seguirá acompanhando a pauta e defendendo, junto às demais entidades representativas dos servidores públicos federais, a valorização dos benefícios e a superação das desigualdades existentes entre os Poderes.

FALTAM 8 DIAS PARA O NOSSO CONGRESSO



Para saber mais,
acesse as nossas
mídias sociais!

#DEFESADAVIDA #DEFESADOSERVIÇOPÚBLICO

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Lucy Mary Matos e Petrônio Sales
Jornalistas: Junior Tavares (5050/CE) e Letícia Alves
Estagiários de Comunicação: Mariah Salvatore e
Guilherme Azevedo